

RELATÓRIO/ATA DE REUNIÕES	
Data da Reunião: 22.06.2023	
Hora início: 19h10min.	Hora fim: 20h37min.
Local: Câmara Municipal	
Município envolvido: Fraiburgo/SC	
Assuntos: Audiência Pública - Plano Diretor, Código de Posturas e Uso e Ocupação do Solo	



PARTICIPANTES
Conforme Lista de Presença. (40 Presentes + 5 Técnicos do CINCATARINA)

NOTAS DE REUNIÃO
<p>Aos vinte e dois dias de junho de dois mil e vinte e três, às dezenove horas e dez minutos, no Auditório da Câmara Municipal de Fraiburgo aconteceu presencialmente a audiência pública do Plano Diretor, Código de Posturas e Uso e Ocupação do Solo, envolvendo a equipe técnica do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA, representada pela Sra. Joselaine T., Sr. Gustavo F., Sr. Lucca S., Sr. Luis Felipe K. e Sr. Gustavo M., e a população de Fraiburgo. A equipe técnica do CINCATARINA, através da fala do Sr. Gustavo M. iniciou a apresentação agradecendo a presença da comunidade, bem como, descrevendo da importância do momento para a Revisão do Plano Diretor de Fraiburgo, que seriam apresentadas as principais alterações nas leis urbanísticas. Na sequência convidou o Sr. Prefeito Wilson R. C. J. para fazer a abertura dos trabalhos. Sequencialmente, o Sr. Prefeito Wilson R. C. J. com o uso da palavra, cumprimentou os presentes e aos envolvidos nas etapas da Revisão do Plano Diretor, bem como, descreveu da importância deste assunto para população, e em seguida passou a palavra para os técnicos do CINCATARINA. Iniciando a apresentação, a equipe técnica do CINCATARINA, através da fala da Sra. Joselaine T., introduziu a pauta, os trâmites da reunião e que seriam apresentadas as principais modificações em cada uma das leis, e em seguida explicou que os munícipes terão tempo de fala para contribuição de dois minutos ao final da apresentação, e que se houverem emendas as mesmas serão enviadas à Comissão para deliberação, sendo posteriormente o projeto de lei encaminhado para a Câmara Municipal para o processo final de aprovação. Seguindo, a Sra. Joselaine T. apresentou sobre o que é o CINCATARINA, a equipe técnica, bem como apontou sobre o trabalho em conjunto com a Comissão e com o Conselho de Desenvolvimento de Fraiburgo para Revisão do Plano Diretor, e seguiu com sua fala apresentando sobre as etapas de Revisão do Plano Diretor. Sobre a coleta de dados, a Sra. Joselaine T. apontou que foram coletadas informações tanto de forma técnica, através de visitas <i>in-loco</i>, legislações e dados enviados pela municipalidade, quanto de forma comunitária, em que foram levados em consideração o ponto de vista dos munícipes sobre as condições do Município, sendo essa etapa feita de forma presencial e <i>on-line</i>. Posteriormente, a Sra. Joselaine T. apresentou sobre as legislações que compõem o Plano Diretor, sendo: Plano Diretor, Código de Posturas, Código de Obras, Parcelamento do Solo e, Uso e Ocupação do Solo, e em seguida apresentou sobre quais foram os principais temas solicitados por parte da população para a revisão das leis que seriam apresentadas na audiência. Após, a Sra. Joselaine T. iniciou a apresentação das principais alterações na Lei do Plano Diretor (Nº 97/2008), apontando sobre seus objetivos e diretrizes gerais. Apontou também sobre a revisão do macrozoneamento do Município, descrevendo a localização e objetivos para cada uma das duas macrozonas propostas. A Sra. Joselaine T. explanou aos participantes sobre a adequação e a implantação dos instrumentos urbanísticos no Município, citando a obrigatoriedade de alguns deles por parte do Estatuto da Cidade, em seguida foi apresentada a proposta referente ao Conselho da Cidade, explicando que o Município já apresenta o DESENFRAI, mas que esse continuará com os mesmos membros e regimento, apenas passando por reestruturação na nomenclatura, bem como, apontou as funções e importância dessa composição para o desenvolvimento do Município. Finalizando a explicação sobre as principais alterações na Lei do Plano Diretor, a Sra. Joselaine T. citou sobre o prazo para que seja criado e instalado o Conselho da Cidade de Fraiburgo. Posteriormente, a Sra. Joselaine T. passou a palavra para o Sr. Gustavo F., que iniciou a apresentação da Lei do Código de Posturas (Nº 098/2008), explicando as diretrizes sobre a utilização do espaço público, neste assunto sobre a faixa mínima de circulação, bem como, sobre a possibilidade de utilização de <i>parklets</i>. Na sequência, falou sobre o bem-estar público, neste quesito sobre o</p>

sossego público e horários de funcionamento. Continuou explanando sobre licenciamento para comércio, prestação de serviço e indústrias, e após iniciou a fala sobre as principais alterações na Lei de Uso e Ocupação do Solo (Nº 97/2008) sendo que a mesma, atualmente, consta na Lei do Plano Diretor e a proposta é para que seja uma legislação específica. Citou na sequência sobre a adição dos índices de aproveitamento (mínimo, básico e máximo), bem como, seus conceitos. Em seguida, apresentou sobre as áreas não computáveis ao índice de aproveitamento. Seguidamente, explicou sobre diretrizes inseridas na taxa de permeabilidade, e sobre o conceito e incentivo da fachada ativa. Seguindo com a apresentação, Sr. Gustavo F. apontou sobre as diretrizes referentes ao Estudo de Impacto de Vizinhança, bem como, o critério em que esse estudo deverá ser feito. Posteriormente explanou que a classificação das atividades obedecerá a Classificação nacional de atividades econômicas - CNAE do IBGE, que os usos para cada zona passará a ser: permitido, permitido com restrições, permissíveis e proibidos, bem como, que a mesma será regulamentada em decreto. Seguidamente, explanou que sobre atividades permitidas em todo o território do Município para fins de correspondência. Após, a palavra foi passada ao Sr. Lucca S. para que apresentasse as principais alterações no zoneamento do Município. O Sr. Lucca S. iniciou fazendo um comparativo entre o zoneamento vigente e a proposta, citando sobre a existência de dezenove zonas no atual zoneamento do Município, as quais são divididas em: oito zonas centrais, sete zonas residenciais, duas zonas industriais e duas zonas ambientais, e na proposta ficaram quinze zonas, divididas em: quatro zonas centrais, sete zonas residenciais, três zonas industriais e uma zona rural. Em seguida, o Sr. Lucca S. fez um comparativo entre as machas de zoneamento e os parâmetros urbanísticos vigentes e propostos. Após, foi apresentado o cartograma de restrições ocupacionais referente a áreas de preservação permanente, restrições hidrológicas, restrições geológicas e restrições de declividade. Sequencialmente, explanou sobre as diretrizes adicionadas voltadas a sustentabilidade referente ao uso de mecanismos e tecnologia sustentáveis. Por fim, com a palavra, a Sra. Joselaine T. mostrou à população, a forma de contato com o CINCATARINA, sendo esclarecido que os materiais desenvolvidos estão disponíveis de forma transparente, e que as propostas de emenda podem ser encaminhadas através do contato de *e-mail* até o dia vinte e nove de junho de dois mil e vinte e três, e na sequência foi aberto o momento de fala para que a população pudesse contribuir. A fala iniciou com o Sr. Guilherme em que mencionou que fez a leitura das leis dispostas no *site* e que estaria enviando as contribuições para o *e-mail* do CINCATARINA, entretanto, mencionou especialmente sobre o cartograma de zoneamento, referente a zona mista diversificada que pode permitir cem por cento da ocupação do terreno, bem como, sobre os problemas com alagamento que o Município enfrenta e o que pode ocorrer com o estabelecimento desse parâmetro, em resposta Sr. Luis Felipe K. agradeceu a contribuição mencionando que há um tempo existia no Município um GT sobre desastres e que foi levado em consideração, para elaboração da proposta, estudos relevantes ao tema, e explicou que o modelo de trabalho realizado é por meio colaborativo com a Comissão, e sendo essa emenda encaminhada ao CINCATARINA, a mesma será levada à Comissão e ao Conselho para debate. Na sequência, o Sr. Sighard mencionou sobre as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) vigentes e suas alterações de redução, em resposta, o Sr. Gustavo M. ressaltou que houve debates com a Comissão e com o Conselho sobre a redução das ZEIS, mantendo aquelas que possuem características de ZEIS, assim dando mais oportunidades às que se desenvolveram, integrando-as a zoneamentos residenciais com parâmetros urbanísticos que possibilitam maior potencial construtivo, e que a qualquer momento, se a Municipalidade julgar necessário, novas ZEIS poderão ser implantadas. Na sequência, o Sr. Laureci, questionou se ficou mantido o contorno viário e posteriormente questionou sobre os problemas de alagamentos, para que fosse analisado formas de mitigação para essa questão, em resposta ao primeiro questionamento o Sr. Gustavo M. falou sobre o contorno viário, que o mesmo foi analisado nos primeiros estudos mas que o Plano Diretor trabalha com áreas existentes e que o objetivo do Plano Diretor é para que seja revisto a pelo menos cada dez anos, então se em algum momento for implantado o contorno viário orienta-se para que seja realizado uma nova revisão do Plano Diretor. Em resposta ao segundo questionamento do senhor Laureci, o Sr. Gustavo M. mencionou que a questão sobre as áreas sujeitas a alagamento serão levadas à Comissão para debates, enfatizando que no Plano Diretor vigente já existem áreas com taxa de ocupação de cem por cento, entretanto, foram analisados e criados mecanismos para mitigação do problema. Na sequência, o Sr. Adro questionou sobre o processo de transição referente ao alvará de construção emitido se não começar a obra se ele não poderá ser prorrogado, em resposta, o Sr. Luis Felipe K. explicou como ocorre as regras de transição. Em seguida, a Sra. Simone questionou sobre as áreas reservadas para moradias de baixa renda, e se haverá adesão no Programa Minha Casa Minha Vida, em resposta, o Sr. Luis Felipe K. explicou que em relação ao Programa citado não tem resposta se já existe esse programa no Município, entretanto, o Plano Diretor prevê

as ZEIS para que seja oportunizado a implantação de moradias de cunho social. Por fim, o Sr. Adão comentou sobre os Planos Diretores passados, bem como, suas revisões, e questionou sobre a instalação de novas empresas, em resposta, o Sr. Gustavo M. falou da importância do Plano Diretor, e referente a implantação de empresas, informou que ao que cabe ao Plano Diretor estão sendo previstos zoneamentos industriais, residenciais, mistos, e que outras questões referentes a instalação de empresas, competem ao processo administrativo do Município. Não havendo mais contribuições, o Sr. Gustavo M. explicou sobre os próximos passos, bem como reforçou, sobre a data para que sejam enviadas as emendas, agradeceu a presença de todos, e encerrou a audiência pública às vinte horas e trinta e sete minutos.